

DO PRAGMATISMO À PRÁXIS DO PLANEJAMENTO: AS PERCEPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL NO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E AS POSSIBILIDADES DE SUA SUPERAÇÃO

Aluno: Gustavo Godinho Benedito
Orientador: Álvaro Ferreira

Introdução

Em decorrência da crise de acumulação que atinge as economias capitalistas a partir dos anos 70, uma diversidade de ajustes na esfera produtiva (como a elevação das taxas de produtividade e o incremento de novos padrões tecnológicos) é complementada com outro tipo de ajuste, o ajuste urbano. No processo de globalização, algumas cidades adquiriram um papel central na economia mundial, as cidades-globais. Para os teóricos do assunto, a exemplo de Saskia Sassen e Manuel Castells[1], a posição de cidade-global seria uma condição privilegiada no contexto da globalização e, dessa forma, as demais cidades deveriam adotar seus atributos como forma de responder às novas formas de organização econômica global (dinamizando os fluxos da economia globalizada a partir de estratégias urbanas baseadas na noção de competitividade empresarial). Uma das estratégias para a “adaptação” dessas idéias neoliberais no âmbito da questão urbana é o planejamento estratégico. Tal forma de planejar a cidade compreende a idéia de desenvolvimento enquanto crescimento econômico e compreende o espaço como um receptáculo (um espaço “morto”) e, por isso, o designamos como um planejamento pragmático.

Objetivos

Compreender as origens do planejamento estratégico, analisar como tal forma de planejamento das cidades percebe a questão do desenvolvimento socioespacial e visualizar possibilidades de superação de seu pragmatismo em relação à dimensão política do espaço.

Metodologia

Partindo do pressuposto de que o espaço é produto, meio e condição das relações sociais de produção e que o termo metrópole revela um momento histórico do processo de reprodução da cidade [2], a compreensão da ideologia da cidade-global e de sua origem (em associação com os “receituários” propalados a partir dela como única forma de promoção do desenvolvimento das cidades) é de fundamental interesse para o entendimento das propostas pragmáticas que reproduzem o espaço como mercadoria e que não auxiliam para a luta pelo direito à cidade [3].

Uma das mais conhecidas receitas que divulgam a globalização de modo positivo, as quais os governos e a sociedade civil devem alinhar-se, é o planejamento estratégico. Tal modo de planejar a cidade re-afirma a inexorabilidade do modelo imputado pelo projeto da modernidade, pela atual globalização e pela ideologia neoliberal de compreender o desenvolvimento espacial (no âmbito epistemológico e político). Com gênese em um dos pacotes ideológicos disseminados na globalização, a ideologia da “cidade-global”, o planejamento estratégico elabora propostas assentadas em estudos científicos baseados na ciência formal e visa transferir a lógica empresarial às cidades [4]. Nessa forma de planejar a

cidade, a promoção de uma verdade absoluta acerca do desenvolvimento das cidades perpassa as percepções do espaço a ela associada. Corroborando com os dualismos relacionados à modernidade [5], separando e subjugando espaço e tempo, o planejamento estratégico tem como enfoque a temporalização do espaço, ou seja, pensa o desenvolvimento espacial em uma perspectiva teleológica, onde as cidades que já alcançaram sucesso no bojo da globalização são os exemplos a serem seguidos por todas as outras que ainda não atingiram o desenvolvimento.

Conclusões

Conclui-se que o planejamento estratégico se apresenta como totalmente despojado de utopias sociais. Percebe o espaço de forma determinista, monoescalar e monodimensional, aludindo ao economicismo como projeto político-econômico, à racionalidade científica clássica (pautada na epistemologia positivista) como modelo ideal de interpretação da realidade, ao civismo como forma de conduta ética e moral, constituindo assim sólidas estruturas à proposta fechada, coesa e universalizante de desenvolvimento espacial das cidades. Acreditamos que o resgate da complexidade das distintas práxis políticas em um novo modo de pensar a cidade e de planejá-la seja fundamental à constituição de um planejamento pautado em uma democracia radical [6], tendo o conflito como forma de mudança e não o consenso como forma de coerção (como se observa no civismo apregoado no planejamento estratégico); e que a conceituação do espaço como aberto, múltiplo e relacional (e, por conseguinte, o desenvolvimento a ele associado) é uma condição fundamental a uma história sempre aberta e que, nesse processo de valorização do espaço enquanto reprodução da vida, distintas racionalidades participem da práxis planejadora, conjecturando uma epistemologia política do planejamento e ultrapassando as limitações políticas e epistemológicas do pragmatismo no planejamento aqui criticado.

Referências

- 1- FERREIRA, João Sette Whitaker. **O mito da cidade global: o papel da ideologia na produção do espaço urbano**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- 2- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001.
- 3- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- 4- FERNANDES, Ana Cristina. Da reestruturação corporativa à competição entre cidades: lições urbanas sobre os ajustes de interesses globais e locais no capitalismo contemporâneo. **Espaço e debates: Revista de estudos regionais e urbanos**. São Paulo, Núcleo de estudos regionais e urbanos, n. 41, p. 26-45, 2001.
- 5- MASSEY, Doreen B. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- 6- ARENDT, Hannah. **A promessa da política**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2008.